

FRAGMENTOS NARRATIVOS EM PROL DA ARGUMENTAÇÃO DE EDITORIAS DO JORNAL *A GAZETA*

Irislane Rodrigues Figueiredo *

Resumo: Baseando-nos em “As inserções narrativas como estratégia argumentativa em editoriais de *A Gazeta*”, analisamos fragmentos narrativos usados argumentativamente no editorial do jornal citado. Com vistas a comprovar a hipótese, fundamentamo-nos em pressupostos da Teoria da Argumentação, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e Koch (1984), e da Pragmática, conforme Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (2001), considerando, então, aspectos cotextuais e contextuais. Para identificar as inserções narrativas, apoiamo-nos na definição de Labov (1972). Sendo o *corpus* um editorial de jornal impresso, utilizamos também pesquisas de Beltrão (1980) e de Melo (1985) para o embasamento jornalístico. A análise perpassa, assim, os âmbitos jornalístico, narrativo e argumentativo. O *corpus* utilizado neste trabalho foi publicado em *A Gazeta* em 22-09-2008. A partir da ancoragem teórica e das análises, observa-se que as inserções narrativas são uma estratégia argumentativa no editorial, porque atuam como instrumento de contextualização, de credibilidade e de argumentação por autoridade polifônica.

Palavras-chave: Fragmentos narrativos. Argumentação. Gênero Editorial.

Abstract: Based on “Narrative insertions as argumentative strategies in *A Gazeta* editorials”, we analyse narrative fragments have been used in the paper’s editorial said. In order to evidence the process that makes possible the supported hypothesis, the study is underlain on the presuppositions of the Argumentation Theory, according to Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) and Ingedore Koch (1984), and of the Pragmatics, according to Relevance Theory, by Sperber & Wilson (2001), having as support, then, inside and outside text contexts. In order to identify the insertion narratives, we underlay specially in Labov (1972). And, as the basis of analyze is the editorial of press journal, we also use Beltrão’s researches (1980) and Melo’s (1985) to journalistic gender sustentation. Analyze pass by, then, journalistic, narrative and argumentative ambit. The *corpus* of the research is composed by five editorials published in *A Gazeta* press journal 09-22-2008. From the theoretical basis and proposed analyzes, it’s observed that the narratives insertions are an argumentative strategy on the editorial textual gender because they act as context, credibility and polyphonic authority argumentation instrument.

Keywords: Narrative fragments. Argumentation. Editorial gender.

Considerações iniciais

Pensando no gênero discursivo como um evento comunicativo, nossa pesquisa justifica-se pelo propósito de observar um pouco das ações linguísticas humanas empregadas no editorial, texto predominantemente argumentativo, ou seja, texto em que converge, ao

* PPGEL / UFES – Vitória/ES, Brasil (Apoio: Facitec – Vitória/ES). irisfigueiredo@hotmail.com. Orientação: Prof. Dr. José Augusto Carvalho.

mesmo tempo, comprometimento de quem escreve e de quem lê. Para examinar a estratégia argumentativa com base em inserções narrativas no editorial selecionado, o trabalho perpassa três questões fundamentais: que conceito de narrativa utilizar; como é construída a argumentação do editorial a partir dos fragmentos narrativos; e qual a intenção do editorialista ao inserir partes de narrativas no editorial.

Base teórica: Narrativa, Argumentação e Relevância

Para embasarmos esta pesquisa, temos como arcabouço teórico básico a Teoria da Argumentação, conforme *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), e *Argumentação e Linguagem*, de Ingedore Koch (2006 [1984]); a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (2001); e a Teoria da Narrativa, especialmente seguindo a noção de narrativa mínima de Labov (1972) em *The transformation of experience in narrative syntax*.

Em Perelman & Tyteca nos detemos nas diferenciações e/ou relações que os autores fazem entre convencer e persuadir; auditório particular e auditório universal; fatos/verdades e presunções; seleção e adaptação dos dados; e na explicitação acerca da técnica argumentativa baseada na estrutura do real, isto é, o argumento pragmático. Para os autores, convencer está no nível do racional, ato mais direcionado a um auditório universal, enquanto persuadir está no nível do emocional, referindo-se mais a um auditório particular. Para cada público-alvo há um conjunto de ações admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhe as reações (1996, p. 131). De acordo com Perelman & Tyteca, “o papel da seleção [dos dados] é tão evidente que, quando alguém menciona fatos, deve sempre perguntar-se o que estes podem servir para confirmar ou para invalidar” (1996, p. 132). Os autores destacam que a imprensa tem o hábito de selecionar fatos visando ora a uma argumentação explícita ora a uma argumentação em que se objetiva que o leitor efetue por si só. Tornar algo presente na consciência do leitor/ouvinte fortalece a argumentação. E “o fato de selecionar certos elementos e de apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles” no evento comunicativo, afirmam os filósofos (1996, p. 132).

Toda argumentação supõe, portanto, uma escolha, que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica da apresentação deste. As questões de forma se mesclam com questões de fundo para realizar a presença (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 136).

Sobre a técnica argumentativa baseada na estrutura do real, Perelman & Tyteca denominam “*argumento pragmático*”¹ aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas conseqüências [...]. Ele não requer, para ser aceito pelo senso comum, nenhuma justificação” (1996, p. 303). Tal característica torna esse tipo de argumentação muito importante, segundo os autores.

Apoiando-se em Perelman & Tyteca, Koch lista uma série de processos argumentativos aplicados à linguagem. Por isso a fundamentação nessas duas obras para tratar da argumentação.

Para Koch (2006), a intencionalidade é intrínseca ao homem enquanto ser dotado de razão e vontade, que avalia, julga, critica e forma juízos e que também, pelo discurso, tenta influenciar os outros com sua opinião. Ela afirma ainda que “o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (KOCH, 2006, p. 17), visto que a própria seleção de dados já implica uma opção.

Entre os processamos listados por Koch, destacamos dois, julgando serem os mais intrínsecos a esta pesquisa. O primeiro, *Tempos verbais no discurso*, em que a autora toma por base os estudos de Weinrich (1968), e o segundo, *Argumentação por autoridade polifônica*, segundo pressupostos de Ducrot (1980).

Quanto aos *tempos verbais*, Weinrich os divide em dois grupos, segundo a situação comunicativa:

Grupo I - *Mundo comentado*: presente, pretérito perfeito composto, futuro do presente, futuro do presente composto e as locuções verbais formadas com esses tempos verbais;

Grupo II - *Mundo narrado*: Indicativo: pretérito perfeito simples e pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito e as locuções verbais correspondentes.

De acordo com Weinrich (1968), somente os tempos do modo indicativo são completos, por isso não insere as formas verbais dos demais modos. Para ele, estes são semi-tempos.

No que concerne à argumentação por autoridade polifônica, Ducrot (1980, *apud* Koch, 1984) define como polifonia a incorporação de asserções atribuídas a outros enunciadores ou a personagens discursivos feita no discurso de um terceiro. Segundo Koch, o argumento por autoridade polifônica não se apresenta como autoritário e não pode ser contestado, já que é

¹ Grifo no original.

introduzido no nível da representação, do mostrar, o que reconhece ao enunciado certa legitimação a qualquer responsabilidade por parte do locutor.

Em relação à Teoria da Narrativa, optamos pelo citado estudo de Labov considerando a noção de narrativa mínima, já que não é previsto o uso de narrativas inteiras nos editoriais, justamente por tratar-se de um gênero tipicamente argumentativo.

Labov denomina cláusulas narrativas aquelas “caracteristicamente ordenadas em uma sequência temporal; se as cláusulas são invertidas, a sequência temporal inferida da interpretação semântica original é alterada” (1972, p. 360).

A narrativa mínima é formada por pelo menos duas cláusulas temporalmente ordenadas, ou seja, unidas por pelo menos uma junção temporal (LABOV; WALETZKY, 1967; LABOV, 1972).

Para Carvalho, o conceito de “narrativa” se torna, então, ambíguo, já que pode ser “uma mininarrativa, composta de apenas duas cláusulas, ou uma narrativa maior, composta de uma sucessão de cláusulas narrativas” (CARVALHO, 1995, p. 99).

Por fim, a Teoria da Relevância faz uma ligação da Narração e da Argumentação abordadas neste trabalho, com vistas à verificação da importância das inserções narrativas como estratégia argumentativa no texto analisado.

Segundo Sperber & Wilson, essa teoria se baseia numa definição de relevância a partir de dois princípios gerais: o “*Princípio Cognitivo* de que a cognição humana tende a dirigir-se para a maximização da relevância e o *Princípio Comunicativo* de que as elocuições criam expectativas de relevância” (2001, p. 10-11), ou seja, “qualquer informação comunicativa vem com uma garantia da sua relevância” (Sperber & Wilson, 2001, p. 23).

De acordo com esses autores, informação relevante é a “que modifica e aperfeiçoa uma representação total do mundo” (2001, p. 123).

Assim, os interlocutores devem produzir enunciados com informações que exigem o mínimo de esforço de processamento com o máximo de relevância. Para tanto, o contexto é essencial, visto que ele maximiza a relevância linguística. Além do mais, Sperber & Wilson (2001) destacam que o contexto inicial pode ser ampliado, inclusive com suposições anteriores ao diálogo, facilitando, assim, a compreensão do interlocutor. E da mesma forma que acontece com o contexto, também há graus de relevância. A relevância será maior se as condições para a sua realização implicarem o maior número de efeitos contextuais sob o menor esforço de processamento.

O editorial de jornal

Como o editorial é um gênero da esfera jornalística, é imprescindível nos ancorarmos em estudos que o classificam assim. Dessa forma, buscamos em Beltrão (1980) e Melo (1985), que ampliou os estudos do primeiro. Para a abordagem textual do gêneros, apoiamos em Marcuschi (2003 e 2005).

Conforme classificação de Marcuschi (2005), o editorial está situado na esfera escrita da língua, num continuum mais formal, aproximando-se de textos científicos ou acadêmicos, dentro do domínio discursivo jornalístico. Beltrão e Melo consideram os textos jornalísticos sob duas esferas: a informação e a opinião. Como o editorial é considerado um gênero predominantemente argumentativo, situa-se no jornalismo opinativo.

Ao caracterizar o editorial, Melo (1985) afirma que trata-se de um com angulação temporal marcada pela continuidade e pelo imediatismo, não tem autoria declarada, aborda fatos nacionais e internacionais de maior repercussão, direcionando a tese à coletividade enquanto estabelece, também, um diálogo com o Estado. Melo destaca ainda que a seleção dos dados é muito importante nesse gênero, visto ser considerado veiculador da opinião do jornal, e, por isso não tem assinatura. Os dados devem ser sempre depurados e conferidos e ter as fontes checadas.

Quanto à estrutura, Nascimento (2003) informa que o texto é formado por um fato seguido de argumentos pró-tese e da tese defendida.

Além dessas características, Melo (1985) aponta a impessoalidade (ligada à não identificação do editorialista), a topicalidade (delimitação dos assuntos), a condensabilidade (brevidade e objetividade do texto) e a plasticidade (maleabilidade, não dogmatismo). A partir de sua caracterização, Melo classifica o editorial em várias espécies, segundo cinco variáveis:

- (1). morfologia (artigo de fundo, *suelto* e nota);
- (2). topicalidade (preventivo, de ação e de consequência);
- (3). conteúdo (informativo, normativo e ilustrativo);
- (4). estilo (intelectual e emocional);
- (5). natureza (promocional e polêmico).

Analizando o *corpus*

Feita a fundamentação teórica, passamos à análise de um fragmento do editorial “Quadro a ser modificado” (em anexo), publicado em 22 de setembro de 2008 no jornal *A Gazeta*, de circulação no Espírito Santo.

A análise passa pelo cunho jornalístico, narrativo e argumentativo, respectivamente, conforme abordagem teórica nos pontos anteriores.

O texto intitulado “Quadro a ser modificado” tem como tema central a administração pública, mais especificamente a responsável pela administração das rodovias federais. Apesar de citar a BR que passa pelo Espírito Santo, o escritor cita outros trechos brasileiros, abordando, assim, tanto o nível estadual quanto o nacional.

Nesse editorial consideramos o seguinte fragmento para análise:

§ 2 [...] Na terça-feira [...], indignados com o grande número de acidentes, cerca de 400 moradores do trecho à altura do município de Fundão *fizeram* um protesto público. *Fecharam* as pistas de rolamento nos dois sentidos. Nelas, *incendiaram* pneus, sofás, pedaços de madeira e outros objetos, impedindo a passagem de veículos, durante algum tempo. Um lamentável transtorno ao direito de ir vir das pessoas, embora **se entenda** a razão da revolta.

§ 3 Mas, quando a BR 101 **oferecerá** condições mais seguras ao tráfego? Essa é a pergunta que não **cala**. E não é restrita a essa estrada. **Aplica-se** a inúmeras outras. No entanto, as ocorrências **mostram** que o trajeto capixaba da 101 requer atenção especial das autoridades. É necessário esforço urgente, na área da fiscalização. O quadro é alarmante.

§ 4 Acidentes envolvendo veículos são provocados por inúmeras causas. Na BR 101 **se imagina** que um dos fatores preponderantes sejam as condições inadequadas da pista, em diversos trechos. Foi projetada para um número de veículos muito menor do que o visto atualmente, e que não **pára** de crescer. Até para o cidadão comum, leigo em engenharia de trânsito, **parece** clara a necessidade de reforma nessa rodovia.

§ 5 A BR 101 **integra** a terceira etapa das concessões previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa é a esperança que **tem** a sociedade de dispor de melhores condições de trânsito – certamente, com menos acidentes.

[...]

§ 7 **Deve-se ter** presente que a violência no trânsito é um problema generalizado no país. **Envolve** não só rodovias, mas também ruas, praças e avenidas em perímetros urbanos. Os acidentes **se multiplicam** e alguns **têm** proporções impressionantes. Um desses casos *ocorreu* sábado e *vitimou* oito capixabas de uma mesma família na BR 364, em Mato Grosso.

[...]

§ 10 Registre-se que desde o último dia 20 de julho, quando *entrou* em vigor a Lei 11.705, que **altera** o Código de Trânsito Brasileiro, a chamada Lei Seca, os desastres com mortes no trânsito *diminuíram* significativamente.

§ 11 Mas ainda **há** muito o que fazer para diminuir a violência no trânsito. Boas estradas é [sic] condição básica. Além disso, especialistas **recomendam** melhoria na prática fiscalizatória e investimentos maciços em políticas educacionais.

Observamos no texto completo (conforme anexo) 36 verbos do mundo comentado e 11 do narrado, além das formas verbais do semitempo. Abaixo, destacamos as cláusulas narrativas que atuam especialmente como desencadeadoras de comentários:

§ 2 Cerca de 400 moradores [...] *fecharam* [...] e *incendiaram*...

§ 7 Um acidente *ocorreu* [...] e *vitimou*...

§ 10 ...desde [que] *entrou* em vigor a Lei 11.705/2008 [...] os desastres com mortes no trânsito *diminuíram*...

Dos comentários diretamente ligados ao parágrafo dois iniciam-se no §3, com o questionamento que abriga o futuro do presente “oferecerá” (“Quando a *BR 101* oferecerá condições mais seguras ao tráfego?”). E o autor continua: “...é a pergunta que não cala”, o que reforça a ideia de que as reivindicações são antigas, como os problemas. Vale a pena observar, todavia, que o editorialista não se refere objetivamente às autoridades competentes nesse trecho, visto que “responsabiliza”, inicialmente, a *BR 101*, conforme grifo acima. O direcionamento só ocorre no fim do parágrafo, quando, ancorado nas ocorrências apontadas, o escritor informa sobre a necessidade de providências, incluindo o presente dos verbos “mostrar” e “ser”. Ele conclui esse comentário afirmando que “o quadro é alarmante”, ou seja, requer urgência.

No §4, com base no fato apresentado no §2 ainda, o autor se apoia numa autoridade para argumentar – o PAC. Segundo o texto, a *BR 101* está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento e, com isso, há possibilidades de diminuição dos acidentes nos trecho citado.

A segunda narrativa mínima, no sétimo parágrafo, aponta para o comentário que a antecede, em que o editorialista amplia o campo de análise, do estadual para o nacional. Ele afirma: “... a violência no trânsito [...] envolve não só rodovias... Os acidentes se multiplicam e alguns têm proporções impressionantes”. O que deve impressionar são as mortes causadas pela falta de condições e fiscalização das pistas de rolamento.

A última mininarrativa proposta para análise é a do §10. Ali o autor narra amparado pela Lei Seca (11.705/2008), que servirá de argumento por autoridade polifônica no parágrafo seguinte, quando chama a atenção, além da necessidade de investimento e fiscalização nas estradas, para a importância da conscientização quanto à educação no trânsito. Ao mesmo tempo em que lança um olhar positivo diante da criação da lei citada, o editorialista se remete,

indiretamente, ao leitor. Espera-se que o motorista seja consciente, especialmente em más condições das vias.

Considerações finais

Nossa hipótese é a de que os fragmentos narrativos são inseridos nos editoriais como objeto de contextualização, argumento por autoridade polifônica e para credibilidade do jornal.

Os fragmentos participam do texto para contextualizar os leitores, de forma que o jornal tenta atingir um auditório universal, por isso lança informações para que o público seja o mais homogêneo possível no que se refere ao conhecimento do assunto abordado.

Creriosamente, o editorialista usa os argumentos por autoridade polifônica para resguardar-se de avaliações negativas tanto do leitor quanto das partes envolvidas.

Por fim, entendemos que, ao citar fatos e autoridades envolvidas com a tese em questão, o jornal maximiza a credibilidade junto ao leitor, especialmente visando aos mais criteriosos e exigentes.

A escolha do gênero está diretamente ligada à riqueza linguística presente nesse domínio. O jornal impresso integra os mais diversos gêneros textuais com todas as suas variações tipológicas. Numa única página podemos encontrar textos verbais e não verbais, curtos e extensos, de fácil compreensão e de alta complexidade, objetivos e subjetivos, etc..

Mas isso corresponde não só à riqueza linguística como estrutura textual, mas também ao reflexo do cotidiano, onde as práticas sociais acontecem nas mais diversas formas de expressão.

Com isso, podemos não só pesquisar a ocorrência de um ou outro texto em determinado ambiente, mas também reconhecer as diversas situações linguísticas em que eles aparecem. Quando Weinrich divide as situações comunicativas em mundo narrado e mundo comentado, ele tem como alvo o verbo. Mas em um único texto podemos observar o fenômeno linguístico de forma ampla e mostrar para o aluno, alvo principal de nossas pesquisas, que a linguagem é muito mais que representação gráfica.

Verificamos, por exemplo, que há recorrências e diferenças nos editoriais analisados. Os textos não variam muito na forma, mas diferem nos processos argumentativos, no número de mininarrativas utilizadas como apoio, no uso mais ou menos acentuado de palavras eruditas, etc.

Fazer com que o leitor de um texto o observe com mais cuidado é dar início ao processo de criticidade, o que é tão ressaltado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. E trabalhar com os gêneros é uma oportunidade de lidar com a língua em suas diversas possibilidades de uso, no dia a dia e em situações que requerem mais atenção e cuidado. Tendo em mente sempre que,

quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. [...] ‘a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas’ (MARCUSCHI, 2003, p. 29).

Portanto, a pesquisa linguística deve ser uma luz que garanta novas visões e novas possibilidades de enxergar a docência. É impossível desvencilhar teoria e prática.

Referências

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CARVALHO, J. A. *Discurso e narração: ensaios de língua e de literatura*. Vitória: FCAA/UFES, 1995. p. 90-115.

GRADIM, A. *Manual de jornalismo: livro de estilo do urbi et orbi*. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2000. Disponível em:
<http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=19>. Acesso/Download em: abr. 2009.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 10. ed. São Paulo: Cortez, [1984] 2006a.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____. *Language in the inner city: studies in the black english vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 354-397.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: JELM, J. (Ed.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Recife: UFPE – Departamento de Letras. 3ª versão, 2005.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NASCIMENTO, K. C. de S. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. *In*: PAULIOKONIS, M. A.; GAVAZZI, S. (Org.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 85-96.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, [1996] 2002.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevância: comunicação e cognição*. Tradução: Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1986] 2001.

WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Versión española de Federico Latorre. Madrid: Editorial Gredos (Biblioteca Románica Hispánica), [1964] 1968. (II. Estudios y ensaios).

A GAZETA Vitória (ES), segunda-feira, 22 de setembro de 2008

Fale com o editor:
opiniao@redgazeta.com.br

OPINIÃO

EDITORIAL

Quadro a ser modificado

O elevado número de acidentes na BR 101 aponta a necessidade urgente de ser intensificada a fiscalização. O trecho capixaba dessa rodovia integra a terceira etapa das concessões previstas para 2009 no cronograma do PAC

A GAZETA publicou na edição da última sexta-feira uma manchete de página que dizia: "Mais duas mortes em novo choque de caminhões na BR 101".

Sim, mais duas mortes. Na terça-feira, na mesma rodovia, havia ocorrido outras duas, também em colisão de caminhões. Naquele dia, indignados com o grande número de acidentes, cerca de 400 moradores do trecho à altura do município de Fundão fizeram um protesto público. Fecharam as pistas de rolamento nos dois sentidos. Nelas, incendiaram pneus, sofás, pedaços de madeira e outros objetos, impedindo a passagem de veículos, durante algum tempo. Um lamentável transtorno ao direito de ir vir das pessoas, embora se entenda a razão da revolta.

Mas, quando a BR 101 oferecerá

condições mais seguras ao tráfego? Essa é a pergunta que não cala. E não é restrita a essa estrada. Aplica-se a inúmeras outras. No entanto, as ocorrências mostram que o trajeto capixaba da 101 requer atenção especial das autoridades. É necessário esforço urgente, na área da fiscalização. O quadro é alarmante.

Acidentes envolvendo veículos são provocados por inúmeras causas. Na BR 101 se imagina que um dos fatores preponderantes sejam as condições inadequadas da pista, em diversos trechos. Foi profetada para um número de veículos muito menor do que o visto atualmente, e que não pára de crescer. Até para o cidadão comum, leigo em engenharia de trânsito, parece clara a necessidade de reforma nessa rodovia.

A BR 101 integra a terceira etapa

Deve-se ter presente que a violência no trânsito é um problema generalizado no país. Envolve não só rodovias, mas também ruas, praças e avenidas em perímetros urbanos. Os acidentes se multiplicam e alguns têm proporções impressionantes. Um desses casos ocorreu sábado e vitimou oito capixabas de uma mesma família na BR 364, em Mato Grosso.

Um detalhado mapa sobre os acidentes de trânsito no Brasil, divulgado há um mês, mostra que em oito anos foram registradas mais de 2,5 milhões de ocorrências, resultando 254 mil mortes, segundo a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego. São dados que superam os de várias guerras em diferentes partes do mundo.

O Brasil gasta R\$ 22 bilhões por ano com acidentes de trânsito. Essa é a soma de despesas médicas, hospita-

tares, de perda de renda, remoção e recuperação de veículos, custos judiciais e repercussão dos casos no caixa do INSS. Trata-se de apuração com base em números do ano passado feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). O prejuízo irreparável não foi contabilizado: é a perda de vidas humanas.

Registre-se que desde o último dia 20 de julho, quando entrou em vigor a Lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, a chamada Lei Seca, os desastres com mortes no trânsito diminuíram significativamente.

Mas ainda há muito o que fazer para diminuir a violência no trânsito. Boas estradas é condição básica. Além disso, especialistas recomendam melhoria na prática fiscalizatória e investimentos maciços em políticas educacionais.

Acidentes de trânsito provocaram 254 mil mortes no país, em oito anos, segundo pesquisa divulgada pelo Ipea

das concessões previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa é a esperança que tem a sociedade de dispor de melhores condições de trânsito - certamente, com menos acidentes.

O trecho que corta o Espírito Santo deverá ser licitado no início de 2009, conforme anúncio feito pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em dezembro de 2007. Disse que um estudo irá avaliar as condições da rodovia e determinar que partes devam ser alargadas. Aguardemos.